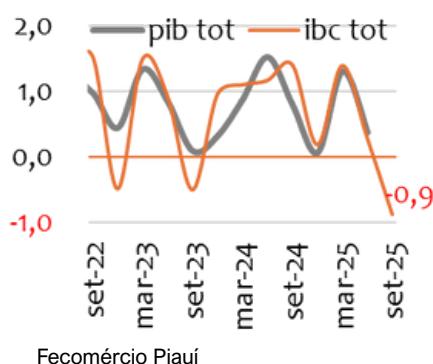
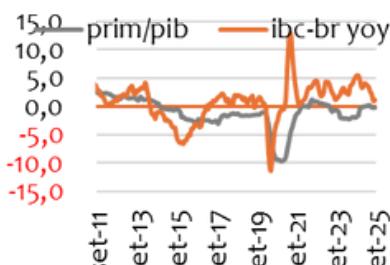
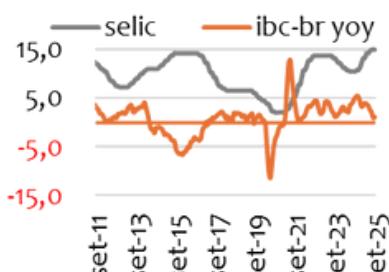


## IBC - Br RECUA E REFORÇA SINAIS DE DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

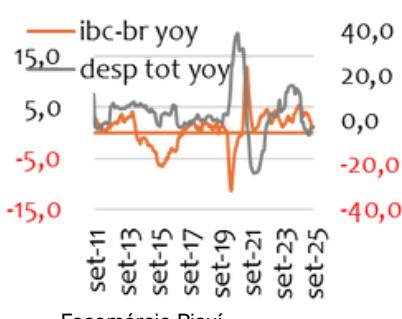
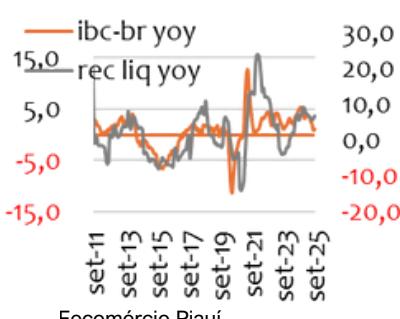
O resultado mais recente do IBC-Br, indicador do Banco Central que antecipa a trajetória do PIB, reforça o quadro de desaceleração gradual da atividade econômica. Em setembro, o índice registrou queda de 0,2%, apesar de manter alta de 2,0% na comparação anual e 3,0% no acumulado em 12 meses. No entanto, quando analisamos a dinâmica trimestral, observa-se uma retração de 0,9% no trimestre encerrado em setembro em relação ao trimestre encerrado em junho, o que sinaliza enfraquecimento mais claro da atividade.



A comparação com o comportamento do PIB é bastante elucidativa: ambos os indicadores caminham no mesmo sentido, confirmando expectativas de crescimento mais fraco na virada de 2025 para 2026. A relação inversa entre atividade econômica e taxa Selic permanece evidente. Com a Selic ainda em patamar elevado, a tendência é que o IBC-Br continue perdendo força nos próximos meses, refletindo o impacto defasado da política monetária.

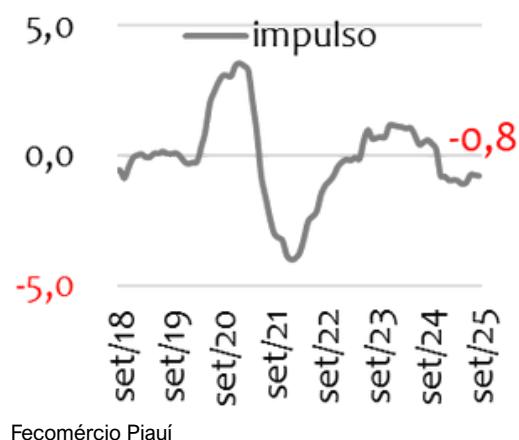


Outro ponto importante é o relacionamento entre impulso fiscal, déficit primário e nível de atividade. Os dados mostram que o impulso dado pelo déficit primário — medido pela relação primário/PIB — está diminuindo, caminhando na mesma direção do IBC-Br.



Do lado das despesas, o comportamento é determinado pelo orçamento e pelos contingenciamentos. A variação real da despesa primária mostra desaceleração semelhante à da atividade, reforçando a percepção de que o governo terá menos espaço para políticas anticíclicas no curto prazo. Nesse contexto, o desempenho das receitas não recorrentes será decisivo para evitar cortes mais profundos na programação orçamentária. A dinâmica dessas receitas — especialmente ligadas a dividendos, concessões e compensações extraordinárias — pode definir o grau de rigidez fiscal no próximo ano.

Estimativas do FMI mostram que, após impulsos fiscais positivos em 2023 e 2024, o efeito fiscal passou a ser negativo em 2025, contribuindo para a desaceleração da atividade. Esse ambiente reforça a sensibilidade da economia a qualquer oscilação nas expectativas em relação à trajetória de endividamento público.



Apesar do quadro mais desafiador, existe um risco positivo importante. Caso a trajetória esperada da dívida bruta em relação ao PIB melhore — seja por maior crescimento, menor juro implícito ou resultados fiscais melhores — a redução da Selic pode ganhar mais tração e reforçar os canais de estímulo à economia.

Por Gabriel Souza – Analista Econômico da Fecomércio Piauí